



REVES - Revista Relações Sociais (eISSN 2595-4490)

A Bancada Evangélica eleita para a Câmara dos Deputados em 2022: uma análise sobre trajetórias sociais e carreira política

The Evangelical Caucus elected for the Chamber of Deputies at 2022: an analysis of religious activity, economic/business activity and political career

Icaro Engler

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6585-2357>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: icaro.egnlr@ufv.br

Lara Portugal

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7810-4245>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: lara.portugal@ufv.br

Laura Barcelos Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1039-4900>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: laura.b.araujo@ufv.br

Article Info:

Article history: Received 2024-05-09

Accepted 2024-06-20

Available online 2024-06-24

doi: 10.18540/revesv17iss1pp19054



Resumo. O objetivo deste artigo é analisar a bancada evangélica eleita em 2022 para a Câmara dos Deputados Federais no Brasil, procurando traçar o seu perfil e trajetória social, bem como a atuação e carreira política dos seus componentes. Sendo assim, foi elaborado um banco de dados com os 75 casos indicados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, como pertencentes a bancada, coletando informações sobre gênero, raça, escolaridade, ocupação/profissão, declaração de bens, atuação religiosa, vertente religiosa, cargos eletivos ocupados e o posicionamento político ao longo de 2023, primeiro ano do mandato. Esses dados foram coletados nas páginas do Tribunal Superior Eleitoral e Câmara dos Deputados, bem como em outros sites jornalísticos de grande circulação. Os resultados apontaram para uma aproximação do perfil da bancada com os demais Deputados Federais, mas com um grande distanciamento para o perfil geral da população brasileira. Também foi identificado a diversificação da atividade política com a atividade religiosa e empresarial, demonstrando que a entrada na política não significa um abandono das posições sociais anteriores. Por fim, as carreiras políticas não destoam da média dos demais Deputados Federais, sendo que a bancada não tem um posicionamento político homogêneo, sendo mais significativo o peso do partido, que a vertente religiosa, para determinar o apoio ou a oposição às pautas do governo.

Assim, este trabalho espera ser uma importante contribuição para analisar essa relação religião e política, demonstrando que ainda há muitas questões a serem estudadas.

Palavras-chave: Bancada evangélica. Câmara dos Deputados. Eleições 2022.

Abstract. The aim of this paper is to analyze the evangelical caucus elected in 2022 to the Chamber of Federal Deputies in Brazil, seeking to outline its profile and social trajectory, as well as the performance and political career of its components. Therefore, a database was created with the 75 cases indicated by the Inter-Union Department of Parliamentary Advisory, as belonging to the bench, collecting information on gender, race, education, occupation/profession, declaration of assets, religious activity, religious aspect, elected positions held and political positioning throughout 2023, the first year of the mandate. This data was collected on the pages of the Superior Electoral Court and Chamber of Deputies, as well as on other widely circulated journalistic websites. The results pointed to an approximation of the profile of the bench with the other Federal Deputies, but with a great distance from the general profile of the Brazilian population. The diversification of political activity with religious and business activity was also identified, demonstrating that entering politics does not mean abandoning previous social positions. Finally, political careers do not differ from the average of other Federal Deputies, and the bench does not have a homogeneous political positioning, with the weight of the party being more significant than the religious aspect in determining support or opposition to government agendas. Thus, this work hopes to be an important contribution to analyzing this relationship between religion and politics, demonstrating that there are still many questions to be studied.

Keywords: Evangelical caucus. Chamber of Deputies. 2022 elections.

1. Introdução

A relação entre política e religião está longe de ser um fenômeno novo, visto que na história é possível estabelecer um contato direto entre esses dois espaços em diferentes momentos. As análises sobre o poder político ocupado pela Igreja, principalmente a Católica frente ao Estado, podem estar marcadas nos séculos passados, contudo ainda há espaço para estudos que abordem a relação da religião, de um modo mais amplo, e o espaço de representação política, mesmo nas sociedades democráticas contemporâneas e estruturadas pela laicidade do Estado.

Nesses termos, o objetivo deste artigo é analisar a bancada evangélica eleita em 2022 para a Câmara dos Deputados Federais no Brasil, procurando traçar o seu perfil e trajetória social, bem como a atuação e carreira política dos seus componentes. Uma proposta que, primeiramente, aparenta ser simples por se tratar de dados empíricos, torna-se complexa pela quantidade de questões que surgem ao analisar este objeto.

A presença dos evangélicos na política é “boa” para a democracia? A bancada evangélica é conservadora, de direita? A presença dessa bancada aponta para uma ausência ou enfraquecimento dos limites entre as esferas sociais e a política? A mobilização política em torno de instituições religiosas pode ser um indício da baixa institucionalização partidária? Os modos de ação da bancada podem ser considerados homogêneos e/ou coesos, agindo como um bloco? Essas são algumas indagações propostas pelos analistas políticos, mas também pelos pesquisadores das

três áreas das ciências sociais, trazendo respostas diferentes, ou mesmo desconstruindo algumas dessas questões a partir de diferentes abordagens.

Este texto está longe de dar conta de todas essas questões, muito menos trazer respostas fechadas para esses problemas, mesmo assim, vem a ser uma contribuição para o debate das pesquisas sobre o tema. Primeiramente, porque faz um levantamento de dados atuais, por se tratar da bancada evangélica eleita para a 57ª Legislatura, que podem apontar a mudança ou continuidade das principais características desse grupo, comparados com outras legislaturas.

Além disso, a pesquisa é estruturada para se tomar os membros da bancada não somente pelos seus recursos políticos, mas também pelas suas posições sociais prévias ao sucesso eleitoral, tanto na atuação religiosa, como também na atuação econômica, construindo uma análise que apreenda essas diferenças lógicas, muitas vezes tomadas como contraditórias, mas que são complementares e constitutivas desses agentes.

Sendo assim, este artigo inicia com uma discussão sobre as principais questões e autores que trataram sobre o assunto. Em seguida, são apresentados dados sobre as trajetórias sociais, com foco na atuação religiosa e econômica/empresarial. Após, são discutidos os dados sobre a carreira política. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões analíticas, bem como os possíveis desdobramentos que ainda podem ser feitos a partir dessa pesquisa.

2. Revisão bibliográfica

A entrada na política institucional está longe de ser um processo simples, pois existem uma série de filtros sociais que excluem determinados grupos, da mesma forma que consagram outros aos postos elevados. Assim, “a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político”, ou seja, compreender a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” passa pela análise dos recursos disponíveis, tanto sociais quanto políticos (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma, os diferentes pesquisadores que procuram abordar os agentes que fazem a “Política”, dispõem de ferramentas analíticas que vão buscar compreender as formas de acesso a essas posições de poder, procurando reconstruir suas trajetórias sociais prévias, os sucessos eleitorais, bem como a própria carreira política, tomando os recursos sociais pertinentes dentro do espaço político (OFFERLÉ, 1996).

No caso brasileiro, é importante salientar que devido a porosidade dos diversos espaços sociais, existem duas dinâmicas que envolvem o espaço político. A primeira se refere a sua lógica interna, que mesmo dentro de sua definição enquanto campo, sua autonomia é sempre relativa, pelo simples fato que os políticos, para serem eleitos, precisam de votos dos eleitores, ou seja, a permanência dos cargos eletivos (posição política) depende de uma legitimação externa ao campo, através de uma mobilização de base eleitoral.

Por outro lado, a apresentação política para os eleitores pode obedecer a princípios diferentes, através de uma lógica de mobilização de recursos sociais diversos, que podem estar associados a características de qualidades pessoais ou profissionais, sendo reconvertidos em trunfos políticos que vão legitimar não só a escolha como candidato, como também a possibilidade do sucesso eleitoral.

Dentro dessa lógica, uma questão observada é a relação entre posições de mediação social e o recrutamento de candidatos, ou seja, a seleção como candidato para disputar o mercado eleitoral está associada a algum tipo de “liderança” previa,

entre outras modalidades possíveis. Sendo que esse tipo de “liderança” está associado a diferentes espaços e bases sociais, que vão desde o sindicalismo, passando por entidades empresariais, até as relações com as Igrejas, nesse caso, transformando as “lideranças religiosas” em candidaturas políticas potenciais (CORADINI, 2001).

Mais especificamente nos candidatos das religiões protestantes, diferente da católica, essa posição de liderança político-religiosa está intrinsecamente ligada à própria atividade como agente da igreja:

Ou seja, mesmo que em alguns casos haja inclusive um esforço explícito em não transpor o vínculo entre o fiel e o pastor diretamente como vínculo eleitoral, o fundamento exclusivo da legitimidade do candidato é sua posição na hierarquia da respectiva igreja e consequente condição de líder (CORADINI, 2001, p. 126).

Essa participação evangélica na política ganha maior visibilidade e começa a ser efetiva a partir da formação da Constituinte de 86, durante a redemocratização. Principalmente devido a uma mudança de postura, onde anteriormente o lema entre as igrejas pentecostais seria “crente não se mete em política”, passando para “irmão vota em irmão”. Essa mobilização foi motivada por um receio de que a Igreja Católica ocupasse uma posição de poder privilegiada nessa reestruturação política, deixando as religiões evangélicas escanteadas do processo (FREESTON, 1993).

Segundo Oro (2003), é nesse momento que se constitui a primeira bancada evangélica, sendo pluripartidária e composta de 33 membros, sendo 18 deles pentecostais. O trabalho do autor segue com um mapeamento dos posicionamentos dos evangélicos nas diferentes eleições presidenciais, bem como apresenta os números de membros, nas diferentes legislaturas, da composição da bancada evangélica. Um ponto que merece destaque, é a presença de algumas vertentes religiosas atuando como importantes atores políticos nas eleições, como a Assembleia de Deus, a Igreja Quadrangular e a Universal do Reino de Deus (ORO, 2003).

Dessa forma, a própria discussão de “bancada” e mais especificamente a “bancada evangélica”, tratada neste trabalho, torna-se uma questão a ser debatida. De modo geral, as bancadas no congresso servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os políticos, através de processos de definição e de organização de interesses na representação de grupos sociais que são mobilizados como bases eleitorais (CORADINI, 2008).

No caso da “Frente Parlamentar Evangélica”, os princípios de pertencimento são mais excludentes, pois têm como base grupos de interesse socialmente já mais definidos e delimitados. Ou seja, boa parte dos deputados pertencentes estão associados a outra esfera de atividade para além da política, notadamente, o campo religioso e, no seu interior, as igrejas pentecostais e suas perspectivas e estratégias próprias (CORADINI, 2010).

É importante frisar que existe uma diferenciação entre a “bancada evangélica”, que se trata de um recorte informal dos deputados evangélicos, e a “Frente Parlamentar Evangélica”, que é formalmente instituída na mesa diretora da Câmara dos Deputados. A FPE, sigla pela qual é conhecida, foi fundada em 18 de setembro de 2003, mas só obteve o seu registro formal em 09 de setembro de 2015, seguindo a legislação que institui a criação das frentes parlamentares, sendo assim ela possui estatuto e regimento próprio, bem como o cargo de Líder da frente, que hoje é ocupado pela Deputada Eli Borges (PL/TO). Entretanto, os seus membros podem ser

ligados a uma igreja evangélica ou não, inclusive alguns nomes que constam como pertencentes a FPE se fazem presentes para tensionar o debate, como os Deputados filiados aos partidos de esquerda.

Nesse sentido a FPE se constitui como um grupo muito mais diversificado, por isso a escolha metodológica de se tomar como universo de pesquisa, para esse artigo, os membros da bancada evangélica apontados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), na publicação “Radiografia do Congresso Nacional”, elaborada a cada nova legislatura. São raros os membros designados pertencentes a bancada que não fazem parte da FPE, onde a primeira pode ser apontada como uma espécie de núcleo duro, por serem deputados que detêm uma ligação direta com as Igrejas Evangélicas.

Dentro desse quadro, alguns questionamentos levantados na introdução merecem ser abordados, até por questões analíticas e metodológicas. Um primeiro ponto, seria a percepção de que a bancada evangélica agiria de modo coeso e homogêneo, o que é um erro. Na verdade, os próprios fiéis também possuem modos de ação divergentes, como a criação de núcleos de apoio ao PT, em diferentes eleições, mesmo que o posicionamento das diferentes Igrejas evangélicas indicasse suas preferências contrárias ao Lula (ORO, 2005).

Desta maneira, é necessário destacar um outro ponto que influencia nas percepções sobre a atuação evangélica na política, que é o destaque da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Muitas das representações sobre os evangélicos, na verdade, são características mais expressivas dessa vertente especificamente. Principalmente, a partir de 1999, a Universal se constitui como uma força política relevante, não podendo ser mais desconsiderada, da mesma forma que polariza o meio evangélico através dos seus posicionamentos. Sendo que muitos deles são publicizados através do seu jornal, Folha Universal, sendo uma importante ferramenta de influência e divulgação política dos seus candidatos às eleições (CONRADO, 2000; FRESTON, 1999; ORO, 2003).

No quesito específico da bancada, Fonseca (2008) analisa a atuação dos congressistas e conclui que ela não se constitui em um grupo coeso. Existindo um consenso em torno de temas morais centrais para a religião, como ser contra o aborto e os direitos da comunidade LGBTQIAP+, mas isso não se traduzia em uma unidade evangélica nas votações, ficando restrito a uma estratégia discursiva (FONSECA, 2008). Ou ainda, como conclui Prandi e Santos (2017), a atuação política evangélica no congresso se restringe a um engajamento reativo, ou reacionário. Não obtendo um acordo para além daquilo do que rejeitam, nesta pauta moral, ficam limitados em reagir como oposição às propostas que consideram afrontosas, não chegando a serem propositivos de políticas moralizantes (PRANDI e SANTOS, 2017).

Enfim, como reforçam Pierucci e Prandi (1996) e Freston (1993), a bancada evangélica vai ter seu alinhamento à direita, atuando como esse bloco na defesa moral de pautas, mantendo sua unidade em questões comportamentais, na defesa de uma concepção de família e contra as pautas progressistas (PIERUCCI e PRANDI, 1996). Entretanto, no quesito da disputa decisória dentro do espaço de poder do Congresso Nacional, os evangélicos acabaram formando mais um “centro fisiológico” que uma “direita ideológica” (FRESTON, 1993). Assim, a atuação dos membros da bancada evangélica não acontece à margem dos partidos, mas sim influenciadas e autorizadas por eles (MARIANO, 2000; ORO, 2003).

Adentrando nessa questão, como aponta Machado (2012), existe uma via de mão dupla nessa relação entre as igrejas e os partidos políticos. Primeiramente, existiu um processo de formação de lideranças, conseguindo transferir a influência da esfera religiosa para a esfera política, com destaque para a Universal, chegando a

lançar candidaturas próprias, como estratégia para ocupar esse espaço de representação política e, logicamente, de poder. Por outro lado, os partidos também passaram a demonstrar interesse no eleitorado evangélico, estimulando as filiações e candidaturas de lideranças religiosas, visando o sucesso nas urnas. Essa imbricação também resultou na entrada das lideranças religiosas na direção das máquinas partidárias, estreitando ainda mais essa relação (MACHADO, 2012).

É dentro desse quadro que estão inseridas as análises dos dados aqui abordados, procurando uma apreensão dos diferentes recursos e trunfos sociais detidos pelos membros da bancada evangélica, bem como seu capital político.

3. Metodologia

É dentro desta abordagem, que se pode nomear como uma “Sociologia Política das Elites”, que estão estruturados os caminhos metodológicos adotados por esta pesquisa, tomando como objeto de análise o patrimônio de recursos sociais e políticos detidos por este grupo. Ou seja, o ponto de partida é a representação do mundo social na forma de espaços, construídos com base em princípios de diferenciação ou de distribuição dos recursos pertinentes, sendo essas propriedades consideradas como espécies de poder, ou seja, como trunfos, que vão definir a probabilidade de ganhos dos seus detentores.

Entretanto, só é possível apreender estes patrimônios de recursos observando os indivíduos que os detém, por isso é necessário tomar os Deputados(as) como universo empírico e coletar os seus principais dados disponíveis. Montando um banco de dados inspirado em um quadro dos caracteres pertinentes, obrigando a se utilizar um “pensamento relacional”, pois sempre que se descobre uma característica pertinente de um dos casos é necessário se questionar se todos os demais também dispõem deste recurso, classificando a sua presença ou ausência (BOURDIEU, 1998).

Para operacionalizar a pesquisa empírica, partiu-se do documento elaborado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)¹, intitulado “A Radiografia do Novo Congresso”², onde foram elencados 75 Deputados Federais como pertencentes à Bancada Evangélica. Como já foi colocado anteriormente, os critérios que o DIAP utiliza são diferentes da caracterização dos membros da Frente Parlamentar Evangélica, pois classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas (bispos, pastores, missionários e sacerdotes) e dos cantores de música gospel, os parlamentares que professam a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinham ao grupo em votações de temas específicos. Nesse sentido, para uma análise do perfil dos Deputados Evangélicos, tomando suas características e trunfos sociais mobilizados, partir dos 75 casos indicados como “bancada” é muito mais rentável que tomar os membros da “Frente Parlamentar”.

Assim, foi elaborado um banco de dados utilizando-se de diferentes fontes de informações, como as páginas do Tribunal Superior Eleitoral e da própria Câmara dos Deputados, coletando as principais informações sobre estes 75 casos, como: nome completo, estado de nascimento, idade, gênero, cor/raça, estado civil, escolaridade, ocupação/profissão, declaração de bens, igreja evangélica que pertence, partido,

¹ Disponível em: <https://www.diap.org.br/>. Acesso em 01/12/2023

² Disponível em:

<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em 01/12/2023.

cargos comissionados, cargos eletivos e o posicionamento em votações no ano de 2023.

Esses dados foram categorizados e analisados frente a: i) uma caracterização geral dos casos, em relação ao gênero, cor/raça e escolaridade; b) a atuação religiosa, a partir das vertentes evangélicas e das ocupações/profissões ligadas à atividade religiosa; c) a atuação econômica, tomando a declaração de bens e as ocupações/profissões ligadas à atividade econômica; e, por fim d) a carreira política, através do partido pelo qual foi eleito, número de cargos já ocupados, bem como o posicionamento nas principais votações no ano de 2023.

4. Resultados e Discussão

Nesta seção, iniciaremos tratando do perfil geral dos 75 casos que compõem a bancada evangélica, tomando o gênero, cor/raça e escolaridade. Em seguida, serão abordadas as atuações fora da política, ficando restrita a atuação religiosa e econômica, para posteriormente apresentar as principais questões sobre a carreira política.

Ao discorrer sobre as características do grupo de deputados federais que constitui a bancada evangélica brasileira, procuramos mapear os dados coletados e organizá-los a fim de categorizá-los para uma análise mais orgânica e de fácil compreensão para o leitor. Adiante, serão abordados os pilares dos filtros sociais que caracterizam os líderes políticos e religiosos que mobilizam este grupo organizado de interesses, de forma ativa ou passiva, assim como sub-representações e hiper representação de grupos.

Primeiramente, sobre a variável gênero, do total de 75 indivíduos que compõem a bancada, 80,0% deles são homens e apenas 20,0% são mulheres, o que condiz com a proporção da câmara dos deputados, tendo em vista sua composição de 82,0% de homens e 18,0% de mulheres, contrapondo-se proporcionalmente à quantidade de eleitoras brasileiras que representam 51,8% da parcela de pessoas que votaram nas eleições de 2022 onde os eleitores masculinos representaram 48,2%³. Porém, ao se comparar a proporção de mulheres ativas na bancada evangélica e aquelas que se candidataram ao cargo de deputada federal em 2022, é uma estimativa relativamente equivalente, tendo em vista que houveram 66,7% de candidaturas masculinas e 33,3% de candidaturas femininas, das quais apenas 15,0% foram eleitas⁴. Desse modo, de acordo com os dados, é fatídica a sub-representação da população de mulheres brasileiras dentro da câmara de deputados, e conseqüentemente dentro da bancada evangélica.

Perpetuando um problema semelhante de exclusão social, a diversidade racial é outro caso com algumas disparidades dentro da bancada, assim como na câmara. Caracterizando o grupo de deputados supracitado observam-se aproximadamente 62,67% de pessoas brancas e 37,3% de pessoas não brancas, dentre elas indivíduos racialmente declarados como pretos, pardos, indígenas e amarelos, proporcionalmente a câmara dos deputados que se constitui com 71,9% de pessoas brancas e 28,1% de pessoas não brancas. Diferentemente do baixo índice de candidaturas femininas, a sub-representação de pessoas não brancas não corresponde necessariamente a um déficit de candidaturas, tendo em vista que 50,9%

³ Disponível em: tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro. Acesso em 04/04/2024.

⁴ Disponível em: tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica. Acesso em 04/04/2024.

delas foram de candidatos brancos e 49,1%⁵. Portanto, assim como foi no caso da sub-representação de gênero, há também uma representação deficitária da multiplicidade racial brasileira dentre os deputados federais assim como na bancada em questão, tendo em vista que 43,5% dos eleitores brasileiros são brancos e 56,5% são não-brancos⁶.

Outra característica importante de ser descrita acerca dos deputados é em relação ao grau de instrução escolar por se tratar de um traço explícito entre os representantes da bancada a formação acadêmica, considerando que 86,67% possuem ensino superior completo em contraposição aos 14,67% que não possuem. Da mesma forma que entre o grupo de deputados supracitado, na câmara não é diferente já que 80,9% possui ensino superior completo e 17,56% não possuem. Em ambos os grupos, é possível notar uma hiper-representação de pessoas com grau de instrução alto, o que diverge completamente da população brasileira, já que metade da população, 54,5% possui apenas a formação básica completa, e aqueles que possuem ensino superior não passam dos 20%. Dessa forma, fica evidente o pouco espaço participativo para pessoas de baixa escolaridade nos ambientes de deliberação e representação da câmara dos deputados.

Ou seja, a bancada evangélica não se difere substancialmente, nos quesitos gênero, cor/raça e escolaridade, dos demais Deputados Federais da Câmara, contudo, esses políticos estão muito distantes de serem uma amostra representativa da população do Brasil. Em seguida, abordaremos a trajetória social dos casos aqui analisados, tomando como recorte a atuação religiosa e econômica/empresarial dos membros da bancada.

4.1 Trajetórias sociais: a atuação empresarial e religiosa

Ao analisar o banco de dados - elaborado a partir da página do Tribunal Superior Eleitoral e da página de biografias da Câmara dos Deputados - é possível observar que dentre os 75 casos, 61,33% deles possuem atividade religiosa divulgada, que se distribuem principalmente entre alguns cargos notórios. Os que se destacam são aqueles que categorizam a hierarquia religiosa das igrejas evangélicas - que é importante ressaltar a inexistência de uma hierarquia universal de cargos eclesiásticos no contexto evangélico - como o de bispo, uma figura de liderança, responsável por supervisionar e orientar um grupo de igrejas ou congregações dentro de determinada região geográfica, e o de pastor, que desempenham a função de ministros ou conselheiros espirituais, que se encarregam de liderar a igreja planejando e conduzindo suas reuniões e cultos que envolvem palestras, sermões e outros eventos como batizados.

Outros cargos que cumprem um papel importante de agitação e mobilização dos eleitores religiosos são o de influenciador digital, que se encarrega de produzir conteúdos variados em plataformas digitais e redes sociais a fim de influenciar a opinião daqueles que consomem seus conteúdos, neste caso especificamente sobre assuntos de cunho político e religioso embasados por postagens que divulgam e

⁵Disponível em:

tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra. Acesso em 05/04/2024.

⁶ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em 05/04/2024.

potencializam pensamentos e doutrinas moralmente cristãs, além do de comunicador em veículos de mídia tradicional, como radialistas e apresentadores de programas.

Ademais, existem aqueles que fazem parte de comissões e ministérios de ordem dentro de suas respectivas igrejas, que apesar de não possuir um título eclesiástico desempenham uma posição de liderança e representação dentro de um templo, estes podem ter cargos de professores, missionários, evangelistas, que se encarregam de aproximar mais fiéis para a instituição que representam fora do espaço virtual.

Em relação às vertentes religiosas que compõem a bancada evangélica, destacam-se a Igreja Assembleia de Deus, seguida da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), as duas instituições totalizam mais da metade dos casos (39 casos - 52%), demonstrando a força que possuem dentro do campo político. As demais vertentes são os representantes das Igrejas Batistas, 13,33% (10 casos) e representantes de igrejas menores, com poucos casos em cada uma⁷. Também é importante relatar que 10,67% não declararam vertente religiosa ou igreja pertencente, como demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Vertentes Religiosas

Vertentes Religiosas	Casos	Porcentagens
Igreja Assembleia de Deus	25	33,33
Igreja Universal do Reino de Deus	14	18,67
Igreja Batista	10	13,33
Outras	18	24
Não declarado	8	10,67
Total	75	100

Fonte: DIAP

Portanto, pode-se concluir que a atuação religiosa desempenhada pelos deputados federais da Bancada Evangélica Brasileira se caracteriza pela agitação e propaganda de valores cristãos e conservadores de cunho evangélico, de acordo com as mais variadas vertentes, dentre elas principalmente as pentecostais, presbiterianas e adventistas, propagadas por distintos cargos como os de pastor, bispo, comunicador e influenciador.

Para exemplificar de forma prática a análise feita anteriormente, alguns casos se destacam, como é o contexto do atual líder da Bancada Evangélica, Eli Borges, deputado federal pelo PL do Tocantins, com formação superior e notória atividade religiosa que, além de ser agropecuarista, também se declara como pastor da Igreja Assembleia de Deus e deputado federal. Esta descrição, repleta de trunfos sociais, sinalizam uma estratégia para formar sua imagem pública enquanto líder religioso e político, o que credibiliza qualidades importantes num representante do eleitorado evangélico. Esse é um caso que representa um padrão do perfil de liderança da Bancada Evangélica e que se repete anteriormente em suas figuras de presidência.

⁷ Demais vertentes: Igreja do Evangelho Quadrangular (3 casos); Congregação Cristã do Brasil, Igreja Internacional da Graça de Deus; Igrejas Luteranas e Igrejas Presbiterianas, 2 casos cada; Igreja Adventista, Igreja Anglicana, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Comunidade Graça e Paz, Igreja Metodista e Igreja Maranata, 1 caso cada.

Assim como Eli Borges, o ex-líder da bancada, Silas Câmara, é deputado federal pelo Republicanos do Amazonas, também é pastor na Igreja Assembleia de Deus, possuindo diploma de ensino superior e atuação empresarial, tendo declarado como profissão a de líder religioso conjuntamente com o cargo de deputado federal. Vem de uma família ligada às instituições religiosas, pois detém concessões de radiodifusão, como a Rede Boas Novas de Televisão, e seus irmãos têm a administração de igrejas em diferentes regiões do Brasil.

Ademais, apesar de ambos pertencerem à Assembleia de Deus, houve uma disputa para a escolha da Liderança da Frente Parlamentar Evangélica, devido a questões de ordem política. Silas Câmara, do Republicanos, é visto como mais alinhado ao governo Lula, enquanto Eli Borges, do PL, encampa a oposição. No final, foi feito um acordo para os dois revezarem nessa posição de líder. Como veremos, ao tratar sobre os posicionamentos políticos, a tendência é que o partido de filiação seja mais significativo na atuação política, que a vertente religiosa dos membros da bancada.

Em relação aos recursos econômicos detidos, 37,3% dos Deputados da Bancada Evangélica apresentam algum tipo de atividade econômica/empresarial, entretanto 62,6% desses casos não há nenhuma informação a respeito. Vale destacar que estes dados sobre a atividade econômica/empresarial, são de responsabilidade do próprio candidato, que apresenta ao TSE, podendo ocorrer certas omissões de patrimônio e bens. Além disso, percebemos que há uma diferença da bancada evangélica para a Câmara dos Deputados de modo geral, pois o número de deputados federais que possui atividade empresarial declarada é de 49,3% e os que não possuem é de 47,7%, ou seja, uma maioria entre esses políticos detêm atividade econômica dentro da Câmara Legislativa.

Ao observarmos a categoria “Profissão”, temos que 30,6% se declaram empresários no seu perfil biográfico do site da Câmara dos Deputados, sendo que nos bens declarados de quatro desses, não há informações sobre atividade econômica/empresarial. Podemos notar também, que a porcentagem dos que se declaram empresários é menor do que identificamos possuir atividade empresarial, ou seja, detêm atividades econômicas na declaradas, isso se dá pelo fato de que muitos indivíduos preferem não utilizar do “trunfo” de se dizer empresário mesmo que sejam. Tal fator também se mostra presente quando comparamos com a categoria de “Ocupação” no site do TSE, pois apenas um dos casos se coloca como empresário e o restante se autodeclara como Deputado/Vereador, também sendo mobilizado como um “trunfo”, visto que a maioria deles preferem se apresentar eleitoralmente pelos cargos políticos já desempenhados, do que qualquer outra ocupação.

A respeito dos dados sobre o montante de patrimônio declarado, foram agregados em faixas, para que conseguíssemos abranger todos os casos e estudá-los. Assim, como mostra o gráfico 2 a seguir, tanto os Deputados Federais como um todo, quanto os que pertencem a Bancada Evangélica, tem um comportamento similar no que diz respeito ao patrimônio destes.

Tabela 2 - Faixas de Patrimônio

Faixas	Casos	Porcentagens	Porcentagens Câmara dos Deputados
Menos de R\$ 500 mil	25	33,33	27,5
R\$ 500 mil a menos R\$ 1 milhão	13	17,34	19,3
R\$1 milhão a menos de R\$2 milhões	15	20	21,4
R\$2 milhões a menos de R\$3 milhões	6	8	9,7
R\$3 milhões a menos de R\$5 milhões	10	13,33	9,3
R\$5 milhões a menos de R\$10 milhões	2	2,67	4,7
R\$ 10 milhões ou mais	1	1,33	5,1
Não declarado	3	4	3
Total	75	100	100

Fonte: Os Autores, 2024

Independente de se autodeclararem empresários ou de terem atividades econômicas empresariais declaradas em seus patrimônios coletados pelo site do TSE, observamos pelo gráfico 2 que, as duas primeiras faixas⁸, que são as menores que R\$1 milhão de reais, somadas totalizam 50,6% dos casos. Uma das razões de representarem um pouco mais da metade dos indivíduos, pode passar pelo fato de ser uma autodeclaração, desta forma, os valores dos imóveis, por exemplo, são sem reajustes, ou seja, representam o valor no ano de compra, sendo então provável que o imóvel tenha valorizado. Da mesma forma que também podem omitir participações societárias em empresas e outras atividades econômicas e empresariais, pois isso não é checado.

Mesmo assim, é o único dado oficial que temos sobre o patrimônio dos políticos, por isso, mesmo com essas questões apresentadas, é preferível trabalhar com esse dado objetivo do que não termos nenhuma informação sobre os recursos econômicos detidos. Somado a isso, podemos ver pelo gráfico acima que essas primeiras faixas da bancada evangélica, também são as maiores da Câmara dos Deputados de modo geral, ou seja, repetindo um padrão.

Por outro lado, ao observarmos os dados do gráfico e considerar apenas os indivíduos nas faixas de R\$2 milhões até mais de R\$10 milhões, temos 25,3% dos casos nessa faixa, ou seja, ¼ dos deputados presentes na bancada tem um valor de patrimônio alto, constituindo-se como milionários. Por mais que não sejam a maioria, é importante frisar que estamos fazendo uma análise de um grupo que já detém outras posições de distinção dos demais deputados, por fazer parte da bancada evangélica e também mobilizar os trunfos religiosos. Além disso, a faixa 3, que são os casos que detém de R\$1 milhão a menos de R\$2 milhões de reais, é a segunda maior, representando 20,0% do universo. Nesse sentido, se utilizarmos como corte os casos

⁸ É importante frisar que nessas faixas há casos de deputados que autodeclararam patrimônios de R\$10 mil reais, até outros que chegam a R\$500 mil, entendemos que há uma grande diferença entre os valores, mas por uma facilidade de categorização e leitura dos dados, escolhemos trabalhar com o patrimônio de cada deputado colocando-o em faixas.

que detém um patrimônio maior que R\$1 milhão de reais, teremos uma ocorrência de 45,3%.

São apenas 3 casos que não declararam patrimônio nenhum, então não conseguimos analisar, mas, independentemente desse fato, podemos afirmar que, apesar de uma pequena maioria deter patrimônios abaixo de R\$ 1 milhão de reais, é expressiva a porcentagem de pessoas milionárias e isso se mantém na Câmara dos Deputados. Por exemplo, ao destacar as últimas três faixas, que são indivíduos com patrimônios superiores a R\$3 milhões de reais, chegando a mais de R\$10 milhões de reais, temos 17,3% dos casos com esse alto patrimônio. E, na faixa 5, que é de R\$3 milhões a menos de R\$5 milhões, vemos que na Bancada há mais indivíduos nela do que na Câmara Legislativa.

Por fim, podemos dizer que é possível evidenciar uma alta concentração de renda, ao compararmos os dados da bancada evangélica e câmara com a sociedade brasileira, visto que, de acordo com dados do IBGE⁹, o percentual de pessoas que viviam em extrema pobreza, que seriam indivíduos que passam o mês com menos de R\$200,00 reais, era de 5,9%. Já a proporção de pessoas que viviam em situação de pobreza, ou seja, até R\$637,00 reais por mês era de 31,6% em 2022, uma porcentagem altíssima se pensarmos em termos de contingente populacional.

Para refinar a análise, faremos a descrição de 3 casos que se destacam quando olhamos para a Bancada evangélica, pois o primeiro possui mais de 4 milhões em patrimônio, o segundo, mais de 9 milhões e o terceiro, mais de 10 milhões. Esses números chamam a atenção por serem valores altíssimos e discrepantes do restante da bancada.

O primeiro caso, é do Pastor Marco Feliciano cujo patrimônio declarado é de R\$4.797.415,75 a fonte desse dado foi a página oficial do TSE, assim como os outros casos que aparecerão adiante. O Pastor é uma grande figura dentro da Bancada evangélica, assim como um grande agitador nas redes sociais, de forma que faz com que os assuntos relacionados à política virem um espaço de debate moral para seus seguidores. De acordo com os dados que coletamos no site da Câmara e do TSE, Marco Feliciano é deputado federal pelo PL - SP. Em sua autodeclaração de ocupação ele se apresenta como Deputado, entretanto, no site da Câmara, a profissão declarada é a de “Conferencista, Empresário e Pastor”. Apesar de ter atividade econômica em suas declarações de patrimônio, o Deputado não especifica quais são as empresas que ele é dono, mas com uma simples pesquisa conseguimos ver que o Pastor é dono da “Marco Feliciano Empreendimentos Culturais e Eventos Ltda” e a “Tempo de Avivamento Empreendimentos Ltda”, ambas produtoras e gravadoras que atuam no setor evangélico. Além disso, o Deputado Federal é Pastor da Assembleia de Deus, portanto um líder religioso, utilizando da combinação desses diferentes trunfos, além de ter um importante cargo na política, como um benefício para as suas empresas e igreja¹⁰, investindo em indivíduos que têm a sua vertente religiosa.

O segundo caso, é do Deputado Federal Glaustin Fokus, eleito pelo PSC de Goiás, com o patrimônio declarado de R\$9.773.806,02. O Deputado Federal tem o superior completo e se apresenta como “Empresário e Administrador”, na categoria de “Profissão” da Câmara, mas em “Ocupação” no site do TSE o mesmo coloca

⁹ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em 10/04/2024.

¹⁰ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/03/09/interna_politica,353793/marco-feliciano-usa-mandato-em-beneficio-de-suas-empresas-e-igreja.shtml. Acesso em 10/04/2024.

“Deputado”, utiliza-se então do mesmo recurso que Marco Feliciano, ao utilizar um trunfo político para a apresentação eleitoral. Glaustin é um dos sócios do “Grupo Fokus”, que atua no ramo de distribuição de produtos alimentícios, trabalhando com várias marcas líderes do setor. Além disso, o empresário é Pastor da Assembleia de Deus, ou seja, também é uma figura de poder dentro da igreja, assim como o candidato supracitado.

O terceiro caso, e, o mais discrepante de todos esses, é o da Deputada Federal Helena da Asatur, com um patrimônio declarado de R\$10.974.713,44, a deputada é esposa de Renildo Evangelista de Lima, dono da empresa de transportes Asatur. Diferentemente dos outros casos, que são homens brancos que ocupam esse espaço, Helena é mulher e se autodeclara parda, tem o superior completo e é do MDB de RR. Além disso, tanto na Câmara quanto no TSE ela colocou como profissão e ocupação a de “Empresária”, utilizando-se do “trunfo” do prestígio social que essa atividade econômica possui. Em nossas pesquisas não conseguimos identificar de qual vertente religiosa a Deputada faz parte, somente que em suas redes sociais ela se declara “Temente a Deus”.

Desses três casos que se destacam, todos os três são empresários, e se colocam como tais na Câmara, mas dois utilizam da posição de “Deputado” no TSE na categoria de “Ocupação”. Além disso, dois dos três casos, também ocupavam espaços de lideranças dentro das igrejas nas quais eles faziam parte, demonstrando a multiposicionalidade que possuem, detendo, simultaneamente uma posição econômica privilegiada, uma posição dentro das instituições religiosas e a posição política de Deputado Federal e membros da Bancada Evangélica.

4.2 Carreira política: cargos, partidos e posicionamento político

Nesse tópico, trataremos sobre os recursos políticos detidos pelos membros da bancada evangélica, como indicadores de posição e posicionamento dentro do campo político. Os dados abordados serão referentes aos partidos pelos quais foram eleitos, os cargos eletivos ocupados anteriormente a eleição de 2022 e a taxa de governismo¹¹, que consiste na adesão ou rejeição à projetos de leis encaminhados pelo Governo Federal para serem votados na Câmara dos Deputados, durante o ano de 2023, ou seja, já no primeiro ano do Governo Lula.

Primeiramente, sobre os partidos políticos pelos quais foram eleitos¹² os Deputados Federais da bancada evangélica, a maior parte deles é filiada ao PL, com 22 casos (29,33%), em segundo o Republicanos, com 19 casos (25,33%), em terceiro, com bem menos casos o União Brasil, com 8 (10,67%), e em quarto lugar o MDB, com 5 casos (6,67%). Em seguida, temos o AVANTE, PP e PSD com 3 casos cada; o PSC, PSOL e PT, com 2 casos cada; por fim, NOVO, PODEMOS, PROS, PSDB, REDE e SOLIDARIEDADE, com um caso em cada um.

É interessante notar que não estão ausentes da bancada evangélica os partidos de esquerda, como PT e PSOL, mas com uma baixa ocorrência, representando apenas 4 casos ou 5,33% da bancada. Por outro lado, existe uma alta concentração em apenas duas siglas partidárias, o PL e o Republicanos, pois juntos representam 54,66%, concentrando mais da metade dos casos da bancada

¹¹ Esses dados foram extraídos da página do site “Poder 360”, ao analisarem 283 votações que tiveram orientação do governo, no período de 1º de janeiro a 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quais-sao-os-deputados-mais-e-menos-governistas/>. Acesso em 10/12/2023.

¹² Essas informações são referentes a disputa eleitoral em 2022, podendo ocorrer trocas de partidos e fusões partidárias posteriormente, alterando estes dados.

evangélica. Sendo que a representação geral dessas duas siglas na Câmara dos Deputados é de 19,3% para o PL e de 7,99% do REPUBLICANOS, demonstrando o peso que detém dentro da bancada evangélica. Ainda como evidência, ao cruzarmos as duas principais vertentes religiosas da bancada evangélica, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, com essas duas principais siglas partidárias, temos que 44% dos membros da Assembleia estão no PL, enquanto 92% dos membros da IURD estão no Republicanos.

Isso pode ser explicado pelo histórico desses partidos, onde na primeira metade da década de 80, foi identificada a presença de lideranças religiosas da IURD no antigo Partido Liberal, que posteriormente se dividiram, dispersando os políticos evangélicos em duas siglas principais: o Partido Liberal de hoje e o Republicanos. Com a saída do Vice-Presidente José Alencar e de Marcelo Crivella, importante liderança evangélica, o antigo PL, em 2006, se funde com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), criando o Partido da República (PR). Em 2019 volta a se chamar PL e hoje é o Partido com a maior bancada na Câmara dos Deputados e conta com o Ex-Presidente Jair Bolsonaro, o Senador Magno Malta, importante liderança política evangélica e Eli Borges, atual líder da Frente Parlamentar Evangélica, entre os seus filiados. Já o Republicanos, contou com o apoio da IURD na coleta de assinaturas para o seu registro oficial em 2005, então como Partido Republicano Brasileiro (PRB), tendo forte participação do bispo Marcelo Crivella, que recém tinha deixado o antigo PL e em 2019, passa a adotar essa nomenclatura.

Para analisarmos a carreira política detida pelos casos aqui analisados, tomamos como indicador a quantidade de cargos eletivos ocupados anteriormente à eleição de 2022. Nesse sentido, temos um número grande de estreantes na política, pois são 19 casos (25,33%) que estão ocupando pela primeira vez uma cadeira como Deputado Federal, sendo também o seu primeiro cargo eletivo na carreira política. Em contrapartida, temos 26 casos (34,66%), que está no seu segundo mandato como Deputado Federal, tendo sido reeleito em 2022 para o cargo. Apesar desses casos somados representarem 60% da bancada evangélica, temos ainda a ocorrência de 13 casos (17,33%) que estão no seu terceiro mandato, 9 casos (12%) no quarto mandato e 7 casos (9,33%) que estão no quinto mandato ou mais. Por exemplo, Silas Câmara, já citado anteriormente, que é ex-líder da Frente Parlamentar Evangélica, que está no seu sétimo mandato consecutivo como Deputado Federal, ou seja, desde 1999 exerce essa função política.

Nesse sentido, mesmo que tenhamos $\frac{1}{4}$ de novatos na bancada evangélica, a maior parte dos seus membros já está no segundo mandato, sendo inclusive reeleitos. Ainda, se tomarmos de forma agregada os que detém 3 mandatos ou mais, os casos representam 38,6% da bancada, apontando para carreiras políticas consolidadas. Ou seja, já podem ser considerados políticos profissionais, o que não os impede de atuarem em atividades externas ao campo político, no espaço econômico e religioso, como foi demonstrado anteriormente.

Por fim, ao analisarmos as taxas de governismo da bancada de modo geral, temos que os seus Deputados tem uma adesão de 59,56%, ou seja, seguem a orientação de voto do governo em quase 60% das votações na Câmara dos Deputados, podendo ser considerados como uma situação moderada. Esta questão é interessante de ser desdobrada, pois são recorrentes as pautas morais e conservadoras encampadas pela bancada evangélica, da mesma forma que é forte a representação do Governo Lula, por ser do PT, como um governo de esquerda. Nesse sentido, os dados encontrados até aqui não apontam para uma oposição entre a bancada evangélica e o atual governo, ao analisarmos as votações de 2023.

Partindo desse dado, foram realizados alguns cruzamentos para uma melhor compreensão da taxa de governismo. Uma primeira tentativa foi observar se existe alguma relação entre as vertentes religiosas e o posicionamento nas votações, entretanto isso não se mostrou significativo. Por outro lado, a relação entre a sigla partidária em que o Deputado está filiado possui uma relação com o posicionamento nas votações, ou seja, fazer parte ou não da coalizão do governo influencia diretamente a taxa de governismo, conforme é demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Taxa de Governismo

Partidos	Casos	Taxa de Governismo (Média Ponderada)	Base Aliada
AVANTE, PSOL, PT, PODEMOS* e SOLIDARIEDADE	9	84,36 (Situação forte)	Sim
REPUBLICANOS, UNIÃO BRASIL, MDB, PP E PSD	38	74,81 (Situação moderada para forte)	Em Partes
PL, NOVO e PSDB	24	28,62 (Oposição moderada para forte)	Não

Fonte: Poder360

São poucos os casos de membros da base aliada do governo presentes na bancada evangélica, mas é possível evidenciar uma situação forte dos casos existentes, com exceção do caso representante do PODEMOS. Por outro lado, os partidos que não fazem parte da base aliada do governo, a taxa de governismo não ultrapassa dos 40,6%, apontando uma posição moderada a forte. Já os partidos que apoiam em parte o governo, sua taxa de governismo fica entre 70% a menos de 80%, sendo considerada uma situação forte a moderada. Se tomarmos os dois partidos com a maior frequência de casos, para amenizar possíveis distorções, temos o PL, como o segundo partido com maior taxa de oposição e o REPUBLICANOS, que apoia em parte o governo, mas tem uma taxa de governismo de quase 75%, ou seja, uma situação moderada para forte.

Isso demonstra que os membros da bancada podem compartilhar a religião evangélica e, inclusive, certos valores morais e ideológicos frente a algumas pautas políticas, entretanto não atuam de forma homogênea e coordenada nas votações da Câmara dos Deputados. Como apontam os estudos partidários, é possível a existência de partidos alinhados à direita, pela pauta discursiva moral, mas que possuam uma atuação política institucional fisiológica, indo onde o poder está sendo uma característica da política brasileira esse tipo de comportamento parlamentar.

Desse modo, é possível apontar para uma característica central da bancada evangélica, onde, além de não se constituir como um grupo de pressão parlamentar com mais poder que outros, também não se constitui como um bloco que atua de modo independente dos partidos nos quais seus membros são filiados. Mesmo que haja uma desconfiança da força dos partidos no Brasil, ainda assim as regras eleitorais e parlamentares vão atribuir um peso central a eles, sendo verificada pelos altos índices de coesão partidária.

5. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi abordar a bancada evangélica eleita em 2022 para a Câmara dos Deputados no Brasil. Nesse sentido, optou-se por trabalhar com os 75 casos considerados pelo DIAP como pertencentes a este grupo e não com a Frente Parlamentar Evangélica. Consideramos que existem diversas questões nessa relação entre religião e política, bem como as questões sobre representação, mas aqui tivemos como foco a apresentação de um perfil mais geral dos membros da bancada, bem como as suas atuações religiosas e econômicas/empresariais e os cargos eletivos ocupados anteriormente bem como seu posicionamento político em votações ao longo de 2023.

Assim, foi possível demonstrar um padrão neste grupo, caracterizado pela sub-representação feminina e de pessoas não brancas, juntamente com a hiper-representação de indivíduos com alta escolaridade. Nesse sentido, a bancada não se difere substancialmente dos demais Deputados Federais que compõem a Câmara dos Deputados, entretanto, ambos os perfis destoam da sociedade brasileira, apontando uma representação política deficitária, onde determinados grupos sociais estão excluídos dos espaços de deliberação.

Em relação às trajetórias sociais, foi demonstrado o quanto os membros da bancada combinam esses diferentes recursos conjuntamente com a atividade política, ou seja, não há um abandono das posições prévias ao entrarem na política, mas sim um acúmulo de trunfos sociais. Seja na atuação religiosa, ocupando cargos na hierarquia das igrejas, ou mesmo ocupando outras atividades religiosas midiáticas, como cantores gospel e influencers. Seja na atuação econômica e empresarial, detendo empresas e com uma quantidade considerável de casos que detêm um alto patrimônio econômico. Sendo que todas essas atividades estão interligadas, hora gerando ganhos políticos, hora a posição política gerando ganhos sociais.

Sobre a carreira política dos casos aqui analisados, mesmo com a existência de alguns novatos na Câmara dos Deputados, os dados sobre os cargos eletivos ocupados antes da eleição de 2022 apontam uma profissionalização política, visto que a maioria dos casos está no seu segundo mandato como Deputado Federal, da mesma forma que existe uma quantidade considerável de casos que está, ao menos, no seu terceiro mandato.

Por fim, ao tratar sobre as taxas de governismo, foi possível demonstrar que a bancada evangélica não atua de forma homogênea nas votações consideradas durante o ano de 2023. Foi realizada uma primeira tentativa de explicação dessa atuação nas votações através das vertentes religiosas dos seus membros, o que não se mostrou significativo. Por sua vez, a filiação partidária e a posição do partido como membro da base aliada ao Governo é que são os indicadores determinantes para se compreender como votaram os Deputados da bancada evangélica. Ou seja, no final, os partidos e o jogo político importam.

Para futuros trabalhos, seria interessante ir além das votações, mas também considerar as falas em plenário, para identificar os valores e pautas defendidas pelos membros da bancada, da mesma forma que também seria importante analisar os projetos de lei propostos por eles, seus conteúdos e taxas de aprovação. Esses indicadores podem nos auxiliar a apreensão da atuação política desses casos.

Referências

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- CONRADO, F. C. **Cidadãos do Reino de Deus** – Representações, práticas e estratégias eleitorais. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - IFCS, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
- CORADINI, O. L. **Em nome de Quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- CORADINI, O. L. Politização de interesses através de frentes parlamentares. **Revista Tomo**, n. 13, p.75-92, 2008.
- CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v.18, n. 36, p. 241-256, 2010.
- FONSECA, A. B. **Religion and Democracy in Brazil: A Study of the Leading Evangelical Politicians**. In: FRESTON, P. (ed.). *Evangelical Christianity and Democracy in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2008.
- FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 1993.
- FRESTON, P. Protestantismo e democracia no Brasil. **Lusotopie**, n.6, p. 329-340, 1999.
- MACHADO, M. D. C. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, n. 32, p. 29-56, 2012.
- MARIANO, R. Islâmicos e evangélicos na arena política. **Veredas**, v.1, n.1, p. 49-64, 2000.
- OFFERLÉ, M. Entrées en politique. **Politix**, v. 9, n.35, p. 3-5, 1996.
- ORO, A. A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, pp.53-69, 2003.
- ORO, A. P. Religião e política no Brasil. **Cahiers des Amériques latines**, n. 48, p. 204-222, 2005.
- PIERUCCI, A. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- PRANDI, R. e Santos, R. W. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, n. 2, p. 187–214, 2017.